



BOLETIM SEPE RESENDE

novembro 2021

PREFEITO DIOGO BALIEIRO: CUMPRA A LEI E PAGUE O QUE É DEVIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Vários municípios e Estados do Brasil estão concedendo Abonos aos Profissionais de Educação devido ao aumento do saldo do Fundeb que acabou gerando um excedente que obrigatoriamente por lei, deve ser utilizado para pagamento dos Profissionais da Educação.

A Lei do Novo FUNDEB permite que até sua totalidade no ano 10% do total podem ser remanejado para o ano posterior e devem ser utilizados ainda nos três primeiros meses.

Há municípios que estão concedendo entre 5 mil a 10 mil reais, mas em Resende, o Prefeito Diogo Balieiro segue dizendo que não irá conceder nenhum Abono por que “não pode”, por que:

- **“Lei Federal impede aumentos salariais”**: Um dos argumentos utilizados pelo Prefeito é de que não pode devido a Lei Federal que impede aumentos salariais até o final desse ano. Mas isso não é verdade. O fato é que os Profissionais da Educação e todo o funcionalismo público municipal acumulam perdas salariais ao longo de 8 anos sem qualquer reajuste da inflação.

O poder aquisitivo do salário mantém apenas 59,42%. Ou seja, as PERDAS SALARIAIS atingem 40,58%, sendo portanto, necessário um REAJUSTE de 68,30%. (fonte DIEESE)

O prefeito não sabe que reajuste é diferente de aumento salarial?

É bizarro que o Prefeito Diogo utilize esse argumento, ao mesmo tempo que nega cumprir a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério mesmo após Ação Judicial ganha pelo SEPE em última instância e que o Prefeito recorreu o máximo que pode para retardar ainda mais esse direito da categoria.

Felizmente, Município de Resende terá que pagar retroativamente.

- **“A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) me impede de conceder reajuste, abono, aumento salarial”**

Outro argumento falso do Prefeito. É só observar a tabela que demonstra o forte aumento da arrecadação das receitas da Prefeitura nos últimos anos e ao mesmo tempo a diminuição dos gastos com a remuneração do funcionário público.

Ano Receita corrente líquida – RCL (milhões)
Despesa total pessoal –DTP (milhões) DTP/RCL

Ano	Receita corrente líquida– RCL (milhões)	Despesa total pessoal –DTP(milhões)	DTP/RCL
2015	\$ 421.965,	\$ 241.553,	57%
2016	\$ 445.121,	\$ 224.516,	50,4 %
2017	\$ 442.053,	\$ 221.430,	50,1%
2018	\$ 487.317,	\$ 236.989,	48,6%
2019	\$ 556.886,	\$ 272.511,	48,9%
2020	\$ 660.814,	\$ 289.379,	43,8%

Obs. Esses dados são correspondentes a todos os servidores públicos da ativa do município (efetivos e outros).

* A LRF determina o limite de 54% das receitas para ser utilizado com a folha de pagamento. O Prefeito do arrocho salarial conseguiu baixar de 57% em 2015 para 43,8% em 2020.

* É bom frisar que a folha de pagamento não é utilizada exclusivamente para pagar os funcionários de carreira, mas também a grande quantidade de cargos de confiança que o prefeito Diogo criticava de ter no governo anterior e que não alterou em nada.

A verdade é que o prefeito Diogo Balieiro impõe o mais duro arrocho salarial dos últimos anos.

- “Não há dinheiro para conceder o Abono”

Outro argumento falso do Prefeito que trata o funcionário público pior do que “cachorro magro abandonado”.

Ao analisar as receitas do FUNDEB e dos recursos próprios, afirmamos categoricamente que o Prefeito Diogo Balieiro pode e deve conceder o ABONO FUNDEB, assim como repor as perdas salariais e cumprir a Lei do Piso Salarial Nacional.

Pela estimativa feita pelo FNDE, a conta do Fundeb no município de Resende, excluindo outros recursos da Educação, deverá dispor de aproximadamente 70 milhões de reais em 2021. O mínimo de 70% desse recurso deve ser utilizado para pagamento dos Profissionais do Magistério (professores, orientadores pedagógicos, diretores, supervisores...) e até o dia 10 de novembro desse ano havia um saldo (“sobra”) de quase 14 milhões de reais.

Observamos o aumento da arrecadação na conta específica do FUNDEB e ao mesmo tempo que houve um arrocho salarial não é difícil de concluir que o Prefeito não fala a verdade.

FUNDEB - Valores consolidados no período de JANEIRO a OUTUBRO (2016 a 2021)

2016	R\$ 36.993.406,52
2017	R\$ 37.386.272,64
2018	R\$ 42.624.964,64
2019	R\$ 44.968.352,41
2020	R\$ 43.639.526,16
2021	R\$ 60.506.314,00

Observação:

1) percebe-se um valor de 17 milhões a mais em 2021 no mesmo período do ano anterior.

2) O valor de 60.500 milhões é maior que o total consolidado nos anos anteriores (janeiro a dezembro).
Ex: 2017 - \$ 44.906 milhões; 2018 - \$ 52.697 mi; 2019 - \$ 54.858 mi; 2020 – R\$ 56.391 mi.

3) o fundeb de 2021 deve fechar com um valor de 30 milhões para mais ou para menos em comparação ao ano 2020.

Fonte: STN – Secretaria do tesouro Nacional

SE NÃO FALTAM VERBAS E A LEI NÃO PROÍBE, O QUE FALTA ENTÃO?

O PRÓPRIO PREFEITO DIOGO BALIEIRO JÁ SABE A RESPOSTA HÁ MUITO TEMPO.

O QUE FALTA É “VONTADE POLÍTICA”

Quem acompanhou o debate promovido pelo SEPE entre os candidatos em 2015, ouviu o Prefeito Diogo afirmar “os professores são as peças chaves de toda sociedade. Não faltam recursos nos cofres da prefeitura. Falta vontade política” (Você pode conferir o vídeo na página do SEPE Resende no Facebook)